

EDUCAÇÃO ESPECIAL: PERSPECTIVAS DO ENTRELAÇAMENTO ENTRE ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO E GÊNERO

SPECIAL EDUCATION: PERSPECTIVES OF INTERLACING BETWEEN HIGH ABILITIES/GIFTEDNESS AND GENDER

Daniella de Santana NOGUEIRA¹

Rosângela Gavioli PRIETO²

Resumo: Esta pesquisa apresenta um levantamento bibliográfico de produções em língua portuguesa e/ou publicadas no Brasil, no intervalo de 2001 até 2019, que discutem interfaces de gênero e educação especial, tendo como foco alunas(os) classificadas(os) na categoria altas habilidades/superdotação (AH/S). Foram selecionadas e analisadas produções com o objetivo de evidenciar as diferenças e semelhanças entre os materiais que tratam da intersecção entre AH/S e gênero, apresentar a pertinência da articulação desses campos de conhecimento, além de indicar quantitativamente essas produções. Foi criado um banco de dados na ferramenta Google Planilhas e para alimentá-lo foram captadas produções em dois portais: *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). A amostra é composta por 32 produções, das quais apenas cinco apresentam e relacionam os conceitos de AH/S e gênero como foco da produção científica. Essas assemelham-se na constatação da importância dos estudos de intersecção de gênero e AH/S, no reconhecimento das formas desiguais de tratamento direcionados a meninas e meninos no ambiente escolar, na preocupação do papel de gênero na identificação de estudantes com AH/S assim como no seu desenvolvimento pessoal. Diferem-se quanto às temáticas investigadas e consequentemente nas formas distintas de discutir um mesmo assunto. Para futuros aprofundamentos, avaliou-se a expansão desta pesquisa com um cruzamento mais amplo das relações entre educação especial e/ou inclusiva considerando o conceito de interseccionalidade e uma cobertura ampla de repositórios.

Palavras-chave: Educação especial. Altas habilidades/superdotação. Gênero.

Abstract: This research presents a bibliographic survey of productions in Portuguese and/or published in Brazil, between 2001 and 2019, which discuss gender and special education interfaces, focusing on students classified in high abilities/giftedness (HA/G). Productions were selected and analyzed in order to highlight the differences and similarities between materials that talk about the intersection of HA/G and gender, presenting the relevance of the articulation of these fields of knowledge, in addition to quantitatively indicating these scientific productions. A database was created in the Google Sheets tool and to feed it productions were captured in two portals: Scientific Electronic Library Online (SciELO) and Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel. The sample consists of 32 productions, but only five present and relate the concepts of HA/G and gender as the focus of scientific production. These are similar in: the observation of the importance of the intersection of gender and HA/G studies, the recognition of unequal forms of treatment directed at girls and boys in the school environment, the concern with the role of gender in identifying students with HA/G as in your personal development. They differ in terms of the themes investigated and, consequently, in the different ways of discussing the same subject. For future deepening, the expansion of this research was evaluated with a broader crossing of the relationships between special and/or inclusive education considering the concept of intersectionality and a wide coverage of repositories.

Keywords: Special education. High abilities/giftedness. Gender.

¹ Graduada em Pedagogia pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo - Feusp/SP. E-mail: nogueirasdaniella@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5768-8286>.

² Doutora em Educação, Departamento de Administração Escolar e Economia da Educação, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo - Feusp/SP. E-mail: rosangel@usp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4013-1163>.

<https://doi.org/10.36311/2358-8845.2021.v8n2.p117-132>



This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License.

INTRODUÇÃO

A educação escolar está em constante mudança, correspondendo ao contexto político e social em que está inserida e é marcada pelo atravessamento de mecanismos de exclusão/inclusão. No Brasil, historicamente, constata-se a exclusão das minorias e a discriminação de pessoas com base em características intelectuais, culturais e sociais (BRASIL, 2008).

A educação especial com orientação inclusiva é proposta que se constitui na tentativa de superar a lógica segregacionista. Assim, a perspectiva inclusiva assume um espaço central no combate a discriminação, o que, segundo a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), impulsiona o acesso à educação para todas as pessoas e incentiva a criação de políticas educacionais que reconheçam a diversidade dentro e fora da escola.

E mesmo com diretrizes datadas com mais de vinte anos, ainda hoje são inúmeros os marcadores de desigualdades que agem como causadores de discriminação quando se fala do acesso à educação. Para Mantoan (2003), a escola persiste na criação de categorias para as(os) estudantes usando as características que constituem as singularidades de cada um.

Assim sendo, é evidente a pertinência, tanto acadêmica como social, de se investir em pesquisas que articulem esses marcadores com intuito de desvelar elementos que evidenciem ou ajudem na compreensão da dialética inclusão/exclusão, de um lado, e da igualdade de direito à educação, de outro, na tentativa de minimizar a desigualdade dentro e fora do ambiente escolar, o que pressupõe abordar o tema a partir da perspectiva interseccional³.

Somando-se aqui, a existência de desigualdades enraizadas no acesso à educação baseadas no fato de ser ou não de determinado sexo (SCOTT, 2005; LOURO, 1997), sendo um indício de que tais expectativas também possam se repetir na educação especial.

Considerou-se ainda a amplitude de pesquisas que podem abordar aspectos da intersecção educação especial e gênero. Por exemplo, se há ou não diferença no número de pessoas com deficiência de acordo com o sexo ou se o alunado atendido pela educação especial é influenciado no que genericamente se denomina da ordem do masculino ou feminino.

Dessa forma, fez-se necessário um recorte quanto à educação especial, aprofundando-se no que concerne à altas habilidades/superdotação (AH/S), tendo como questionamento direcionado a possibilidade de existir diferenciação entre meninas e meninos na identificação de AH/S.

Portanto, este artigo tem como compromisso, por meio de uma revisão de literatura, identificar quantitativamente as produções no Brasil - no intervalo de 2001 a 2019 - que tratam da articulação entre AH/S e gênero, analisar as diferenças e semelhanças entre os materiais que inferem sobre a intersecção e a partir disso, expor a pertinência da articulação desses campos de conhecimento.

³ Entende-se por interseccionalidade: “[...] uma conceituação do problema que busca capturar as conseqüências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras” (CRENSHAW, 2002, p. 176). Entretanto, os marcadores: raça, etnia e nível socioeconômico não serão abordados nesta pesquisa. De qualquer maneira, é importante que tal termo seja explanado, pois os impedimentos decorrentes da condição de deficiência também fazem parte do conjunto de imbricações que podem intensificar as discriminações, a invisibilidade e/ou a marginalização do que é atribuído a gênero.

ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO E GÊNERO: RELAÇÕES A PARTIR DE CONCEITOS

No Brasil, a educação especial foi organizada inicialmente como “[...] um sistema paralelo de ensino, com níveis e etapas próprias” (ROPOLI et al., 2010, p. 6), caracterizando-se pela predominância do atendimento por meio de serviços substitutivos ao ensino comum. Com intensidade a partir dos anos 2000, a orientação inclusiva foi sendo consolidada. Ainda assim, a Resolução CNE/CEB nº 2 - Res. 2/2001 (BRASIL, 2001) dedica-se a detalhar como e em que situações são mantidas as classes e escolas especiais.

Foi com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva - PNEE-EI/ 2008 (BRASIL, 2008), que a educação especial passou a ser entendida como:

[...] uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os serviços e recursos próprios desse atendimento e orienta os alunos e seus professores quanto a sua utilização nas turmas comuns do ensino regular. (BRASIL, 2008, p. 16).

Esse documento explicita detalhadamente o alunado elegível ao atendimento pela educação especial, sendo composto por pessoas com: deficiência, transtornos globais do desenvolvimento (TGD) e AH/S. Com base no mesmo documento, são consideradas pessoas com deficiência aquelas que apresentam “[...] impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que em interação com diversas barreiras podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade” (BRASIL, 2008, p.15).

As classificadas na categoria TGD são as que apresentam alterações nas interações sociais, na comunicação, no repertório de interesses e nas atividades - podendo ser restritos, estereotipados e repetitivos (BRASIL, 2008).

E pessoas com AH/S são aquelas que

[...] demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes. Também apresentam elevada criatividade, grande envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse. (BRASIL, 2008, p.15).

Portanto, guardando ligação com Renzulli (2014, p. 282), a definição de superdotação possui certa fluidez e é preciso enxergá-la “[...] como algo que se desenvolve em certas pessoas, em certos momentos e em certas circunstâncias”, para o autor é a “[...] confluência de inteligência, conhecimento, estilos de pensamento, personalidade, motivação e ambiente [...]” que forma os comportamentos de pessoas com AH/S - que no texto ele chama de superdotadas. E a PNEE-EI/2008, considera essa possibilidade nos indivíduos, tal como nos contextos nos quais estão inseridos, concepções que alteraram os modos de conceber categorias para classificar pessoas e consequentemente no oferecimento de atendimento escolar.

Contudo, há a necessidade de uma identificação desse alunado para que o atendimento proposto pela educação especial seja viabilizado, considerando que esse direito não é extensivo a todas(os) que dele possam se beneficiar.

À luz dessas informações se faz necessário discutir a existência de uma expectativa em relação ao comportamento das pessoas com AH/S. Para Pereira (2014, p. 473), existe “[...] um olhar ainda mitificado acerca da conceituação e caracterização [...]” das pessoas com AH/S que abre margem para uma ideia genérica de como essas pessoas ocupam os espaços da escola. Dentre essas características, estão, por exemplo, a ideia de sua total independência no processo de ensino e aprendizagem e o destaque elevado em todas as áreas do conhecimento acadêmico (ROPOLI, 2010; RENZULLI, 2004, 2014; PEREIRA, 2014). E a busca por uma identidade e/ou perfil (que adota esse conjunto de premissas mais tradicionais), de acordo com Renzulli (2004), acaba por excluir a oportunidade de muitas(os) alunas(os).

Peripolli e Santos (2015) afirmam que existem crenças e mitos vindos do senso comum que permeiam a identificação, a expectativa de desenvolvimento educacional e as interações sociais desenvolvidas pelas(os) alunas(os) com AH/S. E embora as ações pedagógicas inclusivas estejam previstas na PNEE-EI/2008, muito dessa crença advém do desconhecimento sobre as formas de manifestação das AH/S, como explicitou-se anteriormente. Para Macedo, Carvalho e Pletsch (2015), é imperativo entender que essas diferenças, podem interferir diretamente nos parâmetros da educação especial, sobretudo na perspectiva inclusiva.

É por essa razão que, segundo Mantoan (2006), a escola não pode ignorar o que acontece com e na comunidade escolar, dado que a intenção de tornar o acesso à educação possível a todas(os) depende diretamente do reconhecimento das desigualdades existentes, inclusive quando o recorte analítico é gênero. Isso porque o Decreto n.º 6.949/2009 (BRASIL, 2009, p. 2) reconhece «[...] que mulheres e meninas com deficiência estão frequentemente expostas a maiores riscos [...]» e desde a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994, p. 6), é esperado que mulheres e homens possuam «[...] a mesma influência no delineamento de programas educacionais e as mesmas oportunidades de se beneficiarem de tais».

Historicamente, como apontam Connell e Pearse (2015) e Butler (2003), as mulheres foram vinculadas majoritariamente a funções domésticas e/ou assistenciais, e ficaram segregadas da vida pública, política e educacional. Esse cenário, além de colocá-las, de acordo com Louro (1997), em uma posição de invisibilidade e aprisioná-las no universo do privado, tende a enquadrá-las em uma posição vulnerável quando comparadas ao que é socialmente considerado da ordem do masculino - remetendo ao sentido de superioridade física e por muitas vezes, intelectual do homem em relação à mulher.

Análogo a isso, Scott (1995, p. 72) afirma que homens e mulheres têm sido divididos por um “[...] determinismo biológico implícito no uso de termos como ‘sexo’ ou ‘diferença sexual’ [...]”. E esse binarismo constrói uma estrutura que não contextualiza o feminino, além de alimentar formas de comportamentos estereotipados (BUTLER, 2003).

Na contramão desse pensamento, o termo gênero foi usado pela primeira vez entre as feministas norte-americanas, de acordo com Scott (1995), para inferir a rejeição do determinismo biológico normalmente atrelado aos termos sexo e/ou diferença sexual. No Brasil, conforme Louro (1997), passou a ser utilizado com maior destaque pelas feministas no final dos anos 80.

Há de se considerar também que o termo gênero tende a ser atrelado diretamente às mulheres, chegando a se passar por sinônimo, mostrando que “[...] inclui as mulheres, sem lhes nomear [...]” (SCOTT, 1995, p. 75), apesar disso, esse significado não exclui a coexistência de mulheres e homens sob um mesmo contexto.

Ressalta-se que a construção de gênero se dá pelo conjunto de situações, aprendizados, vivências e questões de ordem social que subjugam um sexo ao outro (SCOTT, 1995; LOURO, 1997; BUTLER, 2003). Gênero refere-se à forma como as pessoas são socializadas, e “[...] as concepções de gênero diferem não apenas entre as sociedades ou os momentos históricos, mas no interior de uma dada sociedade [...]” (LOURO, 1997, p. 23), fazendo com que essa composição passe também por variados contextos (econômico, familiar, e político, por exemplo), e aqui o foco será o contexto escolar.

A instituição escola, em conformidade com Louro (1997), foi feita inicialmente para atender apenas uma parcela da sociedade, corroborando um sistema de segregação e sendo modificada lentamente ao passo que as minorias, dentre elas as mulheres, foram paulatinamente conquistando o direito de frequentar esse espaço. Apesar disso, para Rosemberg e Amado (1992), a escola ainda reproduz estereótipos advindos da bipolarização dos sexos (contrariando as significações de gênero), seja nas relações com a comunidade escolar, nos momentos de atividades ou na própria organização - como na formação de grupos e/ou filas separando meninas e meninos.

Para Vianna e Unbehaum (2004), é essa estrutura do sistema educacional que pode intensificar o uso genérico do que é ser masculino e feminino e dar margem às desigualdades de gênero. Há de se considerar ainda que “[...] é muito recente a inclusão das questões de gênero, identidade de gênero [...] na educação brasileira a partir de uma perspectiva de valorização da igualdade [...]” (BRASIL, 2007, p. 11), fato que também reflete nas políticas e programas relacionados à educação especial.

Portanto, é possível deduzir que essa situação de desigualdade pode atingir as pessoas com AH/S - quando os processos de identificação não são contextualizados, assim como pontuou-se anteriormente, com base em Renzulli (2014). E quando as meninas e mulheres - são tratadas sob as expectativas de um comportamento estereotipado (SCOTT, 1995; LOURO, 1997), tal como esperar que sejam mais comportadas apenas por serem meninas. Se e quando associadas, essas duas condições ocasionam (dentro e fora do contexto escolar) uma relação que pode dificultar o acesso de pessoas com AH/S a programas que favoreçam seu desenvolvimento pleno.

Dessa forma, se em alguma medida pode existir parcialidade no ambiente escolar, é passível de questionamento se a construção dos testes e/ou formas de identificação de AH/S são influenciadas também por um recorte de gênero e como isso pode ou não refletir na literatura que aborda AH/S como tema central.

Isso posto, a seguir será descrita a metodologia utilizada para relacionar e analisar as produções que compuseram esta revisão.

MÉTODO

A escolha da metodologia desta pesquisa, que se constitui em uma revisão de literatura, fundamentou-se na ideia, de acordo com Ferreira (2002) e Morosini e Fernandes (2014), de que uma revisão de literatura assume a responsabilidade de inventariar e discutir produções acadêmicas e científicas, esclarecendo aspectos de uma determinada área de conhecimento, considerando o recorte definido por um ou mais focos temáticos.

Realizar um levantamento bibliográfico é conhecer e reconhecer as outras formas de abordagem, localizar possíveis lacunas e explorar a contribuição de diferentes produções sobre um mesmo tema, estipulando sempre o tipo de material a ser analisado, um determinado espaço de tempo e um lugar (GALVÃO, 2010).

No mais, de acordo com Morosini e Fernandes (2014, p. 161):

[...] a análise e o cotejamento dos resultados e das análises que emergem dos trabalhos selecionados [...] nos inspiram também para a organização de possíveis categorias, que representam algumas de nossas hipóteses a priori, elementos que serão necessários tanto na construção da problemática quanto na coleta e interpretação de dados.

Dessa forma, para iniciar a etapa de levantamento bibliográfico, estabeleceu-se algumas palavras-chaves como ferramenta de busca, conforme mostra o Quadro 1.

Quadro 1 - Palavras-chaves referentes à AH/S e gênero

Palavras-chaves	
Referentes à AH/S	Referentes à gênero
Altas habilidades e superdotação	Sexo
Altas habilidades ou superdotação	Mulher
Altas habilidades/superdotação	Mulheres
Altas habilidades	Homem
Superdotação	Homens
	Gênero

Fonte: Elaborado pelas autoras (2020).

As palavras-chaves referentes a AH/S (primeira coluna) foram combinadas com aquelas relacionadas a gênero (segunda coluna) até esgotarem as possibilidades. Na busca considerou-se a aparição dos termos sem precisar um local específico do texto (como apenas no título, referências etc.) e desconsiderou-se a diferença entre as letras maiúsculas e minúsculas.

Estabeleceu-se como recorte temporal o ano de 2001 - levando em consideração a Res. 2/2001 - por ser um documento que aborda exclusivamente a educação especial - até final de 2019 - na tentativa de relacionar produções mais recentes.

Os portais acionados foram: Scientific Electronic Library Online (SciELO), um repositório de artigos, e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), para consultar teses e dissertações.

Estipulou-se como condição a seleção de produções brasileiras e/ou escritas em língua portuguesa, com expectativa de observar e discutir as especificidades vinculadas ao que se produz no Brasil. Como critério de exclusão, foram desprezados os escritos voltados à área de saúde e/ou que versavam sobre o tema medicalização da educação.

Para organizar o resultado dessa busca, foi criada uma tabela na ferramenta *Google Planilhas* e a partir disso deu-se início ao processo de seleção prévia com a leitura do título, resumo e palavras-chaves. Consultou-se também, nos casos de dúvidas quanto à adequação ao

tema, a introdução e as considerações finais dos materiais, discernindo assim aqueles que se encaixavam ou não nos objetivos desta pesquisa.

Ao final dessa etapa de seleção, foram relacionadas 66 produções e pela impossibilidade de acesso ao conteúdo de 27 delas - por serem trabalhos anteriores à Plataforma Sucupira ou não possuírem divulgação autorizada -, assim como a inadequação ao tema de outras sete, o conjunto final desse levantamento é composto por 32 produções, sendo duas teses, 16 dissertações e 14 artigos.

Procedeu-se, então, a uma nova leitura e as produções foram dispostas em outra tabela, também no *Google Planilhas*, respeitando a indicação de autoria e ano de publicação. Identificou-se entre as produções a recorrência de alguns eixos temáticos que passaram a incorporar a tabela para que fosse possível indicar os agrupamentos realizados. São eles: Perfil e identificação de pessoas com AH/S; Relação entre criatividade e AH/S; Formação de professoras(es); Vida e família de pessoas com AH/S, Escola e Gênero. Os materiais que não se enquadram nessas categorias foram identificados pela coluna com o título: Outros.

Como resultado do estudo do conteúdo das 32 produções constatou-se que apenas cinco propõem diretamente um possível entrelaçamento entre AH/S e gênero como destaque no estudo e respeitando os conceitos apresentados neste artigo. Assim, para aprofundar o trato desses materiais um tópico específico foi criado. Finalizado o levantamento de dados, a seguir serão apresentados os resultados obtidos e as análises realizadas a partir deles.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para relacionar as características comuns e as diferenças entre as 32 produções, elas foram dispostas e organizadas em um quadro (Quadro 2) por autoria, ano de publicação e indicações quanto à adequação às temáticas que se destacaram e ao objetivo deste estudo.

Quadro 2 - As 32 produções encontradas no levantamento bibliográfico

Autoria	Ano	Perfil e identificação	Criatividade e AH/S	Formação de professoras(es)	Vida e família	Escola	Gênero	Outros
CHAGAS FLEITH	2009				x			
CHAGAS FLEITH	2011	x						
REIS GOMES	2011	x					x	
PEREZ FREITAS	2012						x	
OLIVEIRA, J. BARBOSA	2012					x		
NAKANO	2012		x					
ALVES	2013		x					
SILVA, J.	2014			x				
SUÁREZ	2014	x	x				x	
KOGA	2015							x

NAKANO et al.	2015	x	x					
ALENCAR, E.	2015	x						
ALVES	2015		x					
NAKANO								
OLIVEIRA, A.	2015			x				
MACHADO	2016						x	
SUÁREZ	2016			x				
WECHSLER								
LÔBO	2016	x						
SOUSA, P.	2016	x						
ALGEBAILÉ	2017					x		
SOUZA								
FRANCO	2017			x				
NERES								
NOZU	2017			x				
SANTOS	2017			x			x	
PACHECO	2018				x			
CUNHA	2018		x					
SANGLARD	2018					x		
SALLES	2018					x		
ALENCAR, H.								
SOUSA, R.	2019					x		
BASSINELLO	2019	x						
SUÁREZ	2019	x	x					
WECHSLER								
SOUTO	2019						x	
FRAGA	2019			x				
FONSECA	2019		x					

Fonte: Elaborado pelas autoras (2021).

Na totalidade das produções, as pesquisas adotam a abordagem qualitativa e desta, a maioria tem como enquadramento metodológico o estudo de caso, (uma tese, oito artigos e 10 dissertações). Nesses materiais, os aspectos globais dos temas investigados foram discutidos partindo de avaliações mais específicas e locais.

Há um grupo de nove estudos (uma tese, três dissertações e cinco artigos) que se ocupa por identificar pessoas com AH/S, comparar as variadas formas de identificação, descrever e caracterizar os perfis do alunado assim classificado.

A incidência da ligação do tema criatividade com as palavras-chaves buscadas resultou em um grupo com oito produções (quatro dissertações e quatro artigos) que buscam, por meio da relação entre criatividade e AH/S, discutir o comportamento, a inteligência e/ou manifestação de criatividade de pessoas com AH/S.

Reuniu-se também sete produções (uma tese, quatro dissertações e dois artigos) que versam em alguma medida sobre a formação de professoras(es). Esses trabalhos convergem, de forma geral, na maneira de promover discussões que conectam a educação especial e inclusiva com: a sala de aula, as interações entre professoras(es) e estudantes nos espaços formais de ensino e com possíveis desafios frente ao professorado. Assemelham-se também na apresentação das políticas educacionais, de alguns componentes curriculares e do currículo formador de docentes, sobretudo na perspectiva da educação inclusiva.

Outros quatro estudos (duas dissertações e dois artigos) abordam a vida (pensando em projetos e qualidade de vida), as características e/ou o relacionamento familiar das pessoas com AH/S e exploram como essas interações podem ou não interferir no desenvolvimento e crescimento dessas pessoas.

O ambiente escolar e como ele afeta a inclusão e o comportamento das crianças com AH/S na escola foi encontrado em quatro estudos (dois artigos e duas dissertações).

Apenas uma dissertação não entrou em acordo com os agrupamentos realizados por tratar um tema muito distinto (ele pode ser identificado pela coluna “Outros”).

Na busca de consubstancialidade de conceitos - tendo como ponto de partida a fundamentação utilizada neste artigo - percebeu-se que do total apresentado no Quadro 2, 18 materiais empregam o termo gênero como sinônimo de sexo, representando apenas uma caracterização física do grupo estudado (CHAGAS; FLEITH, 2009; CHAGAS; FLEITH, 2011; NAKANO, 2012; ALVES, 2013; SILVA, 2014; KOGA, 2015; OLIVEIRA, A., 2015; LÔBO, 2016; SUÁREZ; WECHSLER, 2016; ALGEBAIL; SOUZA, 2017; NOZU, 2017; CUNHA, 2018; SANGLARD, 2018; BASSINELO, 2019; FONSECA, 2019; SOUSA, R., 2019; SOUTO, 2019; SUÁREZ, WECHSLER, 2019).

Em sete textos o termo gênero não aparece e a palavra sexo é empregada com significado apropriado ao termo, por se referir a homem e mulher (OLIVEIRA, J.; BARBOSA, 2012; ALENCAR, E., 2015; NAKANO; ALVES, 2015; FRANCO; NERES, 2017; PACHECO, 2018; SALLES; ALENCAR, H., 2018; FRAGA, 2019).

Há também aqueles em que os vocábulos homem e mulher são utilizados para pontuar a diferença entre as(os) participantes da pesquisa, o que - por falta de conceituação referente a gênero - torna crível a associação ao termo sexo (NAKANO et al., 2015; SOUSA, P., 2016).

Por fim, utilizam o termo gênero com o mesmo sentido apresentado neste artigo as autoras: Reis e Gomes (2011), Pérez e Freitas (2012), Suárez (2014), Machado (2016) e Santos (2017).

Quanto a AH/S, embora versem sobre o assunto e tenham bibliografias que fomentem a discussão, parte das produções carece de aprofundamento (CHAGAS; FLEITH, 2009; PÉREZ; FREITAS, 2012; ALENCAR, E., 2015; SANTOS, 2017; SALLES; ALENCAR, H., 2018; SOUSA, R., 2019). Já Reis e Gomes (2011) parecem assumir que a conceituação de AH/S é conhecimento já adquirido e, portanto, não há ao longo do artigo trechos que se ocupem de detalhá-la.

Algumas produções recorrem a uma conceituação pareada com criatividade (NAKANO, 2012; CUNHA, 2018) e com talento (CHAGAS; FLEITH, 2011; NAKANO,

2012; SUÁREZ, 2014; FONSECA, 2019; SUÁREZ, WECHSLER, 2019), de forma a tornar um conceito dependente do outro. Um indício dessa dependência é a expressão talento/superdotação como sinônimo de AH/S que é utilizada nas produções de Suárez (2014) e Suárez e Wechsler (2019), por exemplo.

Em oito produções há bom embasamento de educação especial, mas AH/S aparece apenas a título de exemplificação (OLIVEIRA, J.; BARBOSA, 2012; SILVA, 2014; KOGA, 2015; OLIVEIRA, A.; 2015; ALGEBAILLE; SOUZA, 2017; FRANCO; NERES, 2017). E em outras duas apenas para exemplificar os indivíduos apresentados e/ou tomados como criativos ao longo do estudo (ALVES, 2013; NAKANO; ALVES, 2015).

Ao passo que 11 produções apresentam uma narrativa detalhada acerca de AH/S (NAKANO et al., 2015; LÓBO, 2016; MACHADO, 2016; SOUSA, P., 2016; SUÁREZ; WECHSLER, 2016; NOZU, 2017; PACHECO, 2018; SANGLARD, 2018; BASSINELLO, 2019; FRAGA, 2019; SOUTO, 2019).

Feitas as análises, o tópico a seguir é responsável por tratar as cinco produções que articulam AH/S e gênero como eixo central das discussões.

GÊNERO COMO DESTAQUE NAS PESQUISAS

Com o compromisso de elaborar a análise das cinco produções (três dissertações e dois artigos) que relacionam diretamente AH/S e gênero, é apresentado um resumo dos principais apontamentos de cada material, seguido das análises conforme a conceituação e objetivos deste artigo. O Quadro 3 é responsável por organizar as cinco produções por título, autoria e ano de publicação.

Quadro 3 - Produções que apresentam gênero como parte da pesquisa

Título	Autoria	Ano
Práticas pedagógicas reprodutoras de desigualdades: a subrepresentação de meninas entre alunos superdotados	REIS, Ana Paula Poças Zambelli dos	2011
	GOMES, Candido Alberto	
A mulher com altas habilidades/superdotação: à procura de uma identidade	PEREZ, Susana Graciela Pérez Barrera	2012
	FREITAS, Soraia Napoleão	
Identificação de talentos criativos e intelectuais por testes psicológicos e percepção de professores	SUÁREZ, Janete Tonete	2014
Espacialidade e subjetividades femininas: altas habilidades/superdotação no NAAHS/S em Porto Velho	MACHADO, Sonia Maria Teixeira	2016
Educando na diversidade: a questão da sala de recursos multifuncionais	SANTOS, Thiffanne Pereira dos	2017

Fonte: Elaborado pela própria autora (2020).

Partindo da premissa de que existem mais meninas matriculadas no ensino regular e mais meninos encaminhados para o Programa de Atendimento ao Aluno com Altas Habilidades/Superdotação, o artigo de Reis e Gomes (2011), investiga, entre os anos 2002 e 2007, as práticas pedagógicas e os critérios para identificar e encaminhar essas(es) estudantes.

O artigo aborda as barreiras impostas pela sociedade para o desenvolvimento pleno das habilidades intelectuais, emocionais e profissionais das mulheres, além de explorar a expectativa de comportamentos estereotipados na seleção para o Programa. Concomitantemente, discute a diferença entre igualdade e paridade⁴ de gênero na educação e como isso afeta o acesso das meninas às ferramentas e programas escolares.

Reforçando as discussões, a adoção do termo gênero é voltada para constatar a desigualdade no sistema de ensino brasileiro e é amparada, para além da historicidade do tema (anuído a mesma apresentada neste artigo), nas trajetórias escolares das alunas e alunos, nas “[...] relações entre escola e família; as escolhas de carreiras diferenciadas por sexo [...]” (REIS; GOMES, 2011, p. 504) e na indisciplina, por exemplo. A produção infere ainda que o senso comum reflete no papel esperado de meninas e meninos e que a escola tende a favorecer práticas que “[...] corroboram a discriminação diluída no cotidiano escolar [...]” (REIS; GOMES, 2011, p. 504), podendo rotular o comportamento infantil e impedir o acesso a um direito.

No mais, o artigo é consistente na defesa do papel que o gênero exerce na educação de crianças com AH/S e faz dela o eixo central das discussões, além de correlacioná-los com fatores sociais e econômicos ao longo do texto. Essa relação entre gênero e AH/S manifesta-se de forma coerente, expondo vivências dentro e fora da escola, desde a formação de professoras(es) até a sala de aula. Chama atenção como o conceito de AH/S foi pontuado em paralelo com a realidade das mulheres e é perceptível que há compreensão do que concerne a cada temática e de como a escola, na perspectiva da inclusão, se apropria disso.

O artigo de Pérez e Freitas (2012) percorre a história de duas mulheres com AH/S, na expectativa de entender algumas das razões pelas quais as mulheres são identificadas com AH/S em menor número em relação aos homens. As autoras empregam o termo gênero, mas não há uma conceituação e é a leitura do texto, junto da bibliografia, que indica a convergência com as ideias apresentadas. Para Pérez e Freitas (2012), as mulheres são postas em posição de equidade com os homens por meio dos feitos realizados por elas ao longo do tempo.

Para além das concepções, assim como Reis e Gomes (2012), o artigo de Pérez e Freitas (2012) enfatiza as diferenças entre os gêneros impostas pela sociedade e como isso prejudica o desenvolvimento pleno do processo educacional e identitário em se tratando de mulheres com AH/S.

A intersecção de gênero com AH/S é trabalhada com intuito de provocar uma reflexão sobre as formas de identificação e qual o papel dessas mulheres com AH/S em sociedade. Além disso, as proposições acerca do autoconhecimento têm bastante destaque, tornando essa temática parte não só do desenvolvimento educacional, mas também pessoal.

Já a dissertação de Suárez (2014) é baseada em quatro estudos a respeito da identificação de crianças com AH/S e tem como objetivo identificar as(os) alunas(os) que ela

⁴ Para Reis e Gomes (2011, p. 506), “[...] paridade, é um conceito puramente numérico que implica ter a mesma proporção de meninos e meninas no sistema educacional [...] Já a igualdade, [...] significa ter meninos e meninas desfrutando das mesmas vantagens em termos de acesso e tratamento educacionais [...]”.

chama de talentosas(os) e validar os instrumentos utilizados nesse processo. A partir desses objetivos, gênero surge como parte da problematização para apurar se há ou não diferença de desempenho nos testes aplicados e se sim, como, quando e onde ela se manifesta. A autora utiliza o termo gênero em detrimento de sexo por negar a distinção biológica, afirmando que gênero refere-se à distinção sociocultural e, portanto, leva em consideração as características comumente associadas ao que é ser feminino e masculino.

Embora Suárez (2014, p. 32) verse sobre a desigualdade entre meninas e meninos, ela afirma que no contexto escolar existem poucas alterações nas avaliações de desempenho entre as crianças e em “[...] consequência deste índice baixo de desempenho de um ou outro gênero, há escassez de estudos articulando sobre essa diferença exatamente por não atrair publicação [...]”.

Frente a isso, e entendendo as implicações e significações da utilização do conceito de gênero, a autora conclui haver necessidade de outras formas de identificação que fujam aos padrões dos testes.

Na dissertação de Machado (2016) o foco da investigação é a subjetividade feminina das mulheres com AH/S sob uma perspectiva das ciências geográficas. Como objeto de estudo, a autora seleciona o Núcleo de Atendimento às Altas Habilidades/Superdotação (NAAH/S) em Porto Velho, Rondônia, e seus objetivos giram em torno de análises de identidade e da construção do espaço social das mulheres com AH/S.

No que concerne ao gênero, Machado (2016, p. 60) compreende que o conceito faz parte de um contexto cultural e «[...] se difere em cada espaço e tempo histórico, de acordo com as relações e vivências”, estando relacionadas com questões culturais, espaciais e temporais. Essa conceituação é arrematada com questionamentos acerca de um senso comum sobre a impossibilidade de manifestação de talentos, conhecimentos, ocupação dos espaços e formação de identidade das mulheres.

No mais ela enfatiza um paradoxo na ligação entre gênero e AH/S, acarretando na dificuldade que as mulheres com AH/S enfrentam para construir a própria identidade e usufruir um atendimento educacional que consiga sanar as mais diversas necessidades.

A concepção de gênero utilizada pela autora busca desfazer mitos sobre a identificação e representação do feminino dentro desse espaço que, acima de tudo, deve ser inclusivo. Ao mesmo tempo, ela traça uma historicidade do papel da mulher ao longo dos anos e conecta gênero com AH/S, colocando em foco a atenção que essa relação merece.

Já, a dissertação escrita por Santos (2017) apresenta um estudo de caso, de uma escola na cidade de Goiânia, que expõe as concepções de diversidade e mostra como ela está presente nos ambientes educacionais sob a perspectiva da educação inclusiva. Como objetivo, a autora se limita a analisar e entender se a institucionalização das salas de recursos multifuncionais é uma alternativa para a efetivação de uma educação inclusiva e se o processo formativo de professoras(es) está a serviço do que prevê a educação inclusiva.

É perceptível que o conceito de diversidade adotado por Santos (2017, p. 21) rege as discussões nas etapas de observação e análises. Isso porque, conforme a própria autora, a dissertação se apoia em um conceito de diversidade ampla, ou seja, «[...] engloba todas as possibilidades de diferenças que caracterizam o sujeito humano e que permeiam a sociedade no conjunto de especificidades relacionadas a questões de gênero e sexualidade; a cultura; crenças; desigualdades sociais; relações étnico-raciais; e as deficiências [...]».

Dessa forma, Santos (2017, p. 27) assume que as questões de gênero precisam ser discutidas quando se busca uma educação inclusiva e, portanto, deve ser interpretado partindo de uma “[...] percepção para além da diferenciação biológica entre homem e mulher”. Evidenciando que os processos de inclusão são “[...] arraigados de preconceitos e colaboram para perpetuar padrões distorcidos de normalidade e superioridade.” (SANTOS, 2017, p. 28) e é no espaço escolar que esses estigmas - sobre o papel da mulher e do homem em sociedade - devem ser problematizados e desfeitos.

Ao final, já com a leitura dos dados obtidos, Santos (2017) indica que a formação inicial das(os) professoras(es) em questão não garante o suporte necessário para efetivar uma educação que valorize a diversidade. Todavia, em se tratando das práticas pedagógicas ou da falta delas, a autora as atribui às condições inadequadas de trabalho e a carência de ações mais dinâmicas, sobretudo nas salas de recursos multifuncionais.

Percebeu-se que a relação de gênero e AH/S é sutil no texto de Santos (2017), dado que ela aborda mais detalhadamente o atendimento educacional especializado como um todo na educação especial. Contudo, é importante perceber que é por meio desse contexto que a autora consegue explorar a diversidade na escola, ponderar sobre as diferenças e entender que quando esquecidas, essas diferenças acabam funcionando como ferramenta de segregação.

Mesmo enveredando por metodologias e referências distintas, as cinco produções destacadas nessa categoria pelo entrelaçamento de AH/S e gênero convergem no reconhecimento da existência de formas desiguais de tratamento direcionadas, na escola e fora dela, para meninas e mulheres. Os materiais que contemplaram o recorte investigado conseguiram transmitir e transitar as questões de gênero com AH/S e com educação especial, na perspectiva inclusiva, sem deixar de pontuar as desigualdades que ocorrem nos sistemas de ensino.

Em comum nessas produções há, ainda, a preocupação em desvelar o papel de gênero na educação especial, seja para participação de programas, sala de recursos multifuncionais, identificação de alunas(os) com AH/S ou na formação da identidade. E essa quantidade de temas funciona como um indício de que, mesmo em pequena escala, existe significativa pluralidade de temáticas que se ocupam por conceituar gênero, AH/S e consequentemente formas distintas de discutir um mesmo assunto.

Todavia, nenhuma das produções cotejou intencionalmente a interseccionalidade, mesmo que em diversos momentos a desigualdade vivida pelas pessoas com algum tipo de deficiência, dentro e fora do ambiente escolar, tenha sido discutida. Essa insuficiência de produções que fazem a ponte de interseccionalidade no que concerne a quebra de tabus de dois focos de desigualdade na vida escolar (AH/S e gênero), pode ser indício de que falta incentivo, políticas e estudos sobre a temática. Ainda que, desde a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) exista a premissa de se desenvolver estratégias que promovam a equalização de oportunidades, e as mulheres, por sua vez, conforme Crenshaw (2002), são parte de um grupo marginalizado que precisa ser incluído nesse debate.

Feitas as análises, percebeu-se também que há possibilidade, como é assinalado principalmente por Machado, S. (2016), da crença em um senso comum, no que se refere a manifestação de AH/S em mulheres em idade escolar, dificultar tanto a discussão dos tópicos investigados dentro das escolas, quanto a produção de conhecimento. Fato que pode inviabilizar o entrelaçamento tanto dos conceitos sobre gênero e AH/S.

Apresentar-se-á a seguir o enlace das ponderações pertinentes à conclusão desta revisão de literatura junto de projeções para possíveis pesquisas paralelas e continuação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi possível observar, as produções que relacionam AH/S e gênero, de forma a respeitar o conceito de ambas as temáticas, parecem ainda não ser foco central de interesse das produções publicadas nos sítios de pesquisas acionados, onde apenas cinco de 32 produções (considerando o recorte temporal e critérios de exclusão) envolvem essa questão. É notável como os dados numéricos não favorecem os estudos sobre gênero e mostram que a significação do termo ainda é terreno pouco explorado. Dado que boa parte das produções assume gênero como sinônimo de sexo e/ou com conotação biológica.

Isso pode ser consequência do fato de que a intersecção das relações de gênero e educação é bastante recente e, de acordo com Vianna e Unbehau (2004), passou a ter maior visibilidade em meados dos anos de 1990, sobretudo na expectativa de reivindicar medidas contra a discriminação das mulheres e da desigualdade de gênero, não estando relacionada diretamente com educação especial e/ou AH/S.

Já a seleção das palavras-chaves (mesmo que combinadas e/ou por conta das combinações) e o não aparecimento dos termos explicitamente investigados, assim como a aparição mínima (sem qualquer aprofundamento), em algumas das produções, sugere a necessidade de refinamento dos procedimentos de busca e seleção dos materiais nos sítios visitados nesta pesquisa. Vale ressaltar também, conforme as categorias de análise, que as produções preocupam-se em registrar o papel relevante da educação especial no sistema educacional formal sob a perspectiva inclusiva, enquanto AH/S surge como exemplo de categoria atendida.

No mais, sobressaem-se como grupo mais estudado nas produções as(os) estudantes com alguma deficiência. Como forma frequente de coleta de dados destacam-se as entrevistas, aplicação de questionários e observação dos espaços. E em associação com AH/S, foram recorrentes as temáticas criatividade e formação de professoras(es).

Esse quadro faz parecer imprescindível discutir as imbricações de tais assuntos para, de algum modo, possibilitar problematizações junto à comunidade científica. Não obstante, conforme destacou-se na categoria que tratou com destaque as cinco produções, tal entrelaçamento vai além das publicações que versam sobre AH/S e gênero, tratando-se da necessidade de uma análise primária de um sistema educacional que ainda caminha para a efetiva educação na perspectiva inclusiva, sobretudo no tocante a gênero.

Ademais, considerando as análises feitas, principalmente, nas produções de Reis e Gomes (2011), Suárez (2014) e Machado (2016), e também o que apontam Pereira (2014) e Peripolli e Santos (2015), é importante que se exercite a capacidade de discernimento entre senso comum e informações reais, para que o atendimento educacional não seja minado pelo recorte de gênero e passe a refletir a perspectiva inclusiva que lhe concerne. Tirando esse recorte de um quadro quase de invisibilidade no cotidiano do ambiente escolar.

Outro ponto importante de notar é a questão motivadora para o objetivo desta pesquisa (sobre a possibilidade de existir diferenciação entre meninas e meninos na identificação de AH/S) sendo cotejada também em projetos anteriores, como na produção de Suárez (2014).

Como possibilidade exitosa, para futuros aprofundamentos, avaliou-se a expansão desta pesquisa com um cruzamento mais amplo das relações entre educação especial e/ou inclusiva com gênero, raça/cor e classe social, por exemplo, devido a construção que ampara o conceito de interseccionalidade, além de uma cobertura ampla de repositórios.

Por fim, mesmo que este artigo tenha sido direcionado para a busca de um determinado recorte, não se considerou que essa junção deve se sobressair em detrimento a outras seleções temáticas dentro da educação especial e/ou na busca de uma perspectiva inclusiva. Tampouco cogitou-se negligenciar pesquisas que não se ocupem em apontar o quadro, aqui exposto, sobre as diferenças de gênero. Apenas preocupou-se em revelar a quantidade de produções já existentes e salientar a importância de se produzir acerca desse tema.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB 2/2001. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14 set. 2001. Seção 1E, p.39-40. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2020.

BRASIL. Decreto 6.949, de 25 de agosto de 2009, Promulga a convenção internacional sobre os direitos das pessoas com deficiência e seu protocolo facultativo. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 ago. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Acesso em: 10 abr. 2021.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, Institui a Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2015, 6 jul. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 10 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria no 555/2007, prorrogada pela Portaria no 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008. Brasília, DF, 7 jan. 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>>. Acesso em: 19 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad). **Gênero e Diversidade Sexual na Escola**: reconhecer diferenças e superar preconceitos. Cadernos SECAD, Brasília, DF, mai. 2007. Disponível em: <http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_cad4_gen_div_prec.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2021.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. **Gênero**: uma perspectiva global. São Paulo: nVersos, 2015, p. 29-50.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista estudos feministas**, v. 10, n. 1, 2002.

FERREIRA, Norma S. de Almeida. As pesquisas denominadas estado da arte. **Educação e sociedade**, v. 23, 2002.

GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa. O levantamento bibliográfico e a pesquisa científica. **Fundamentos de epidemiologia**. 2 ed. A, v. 398, 2010, p. 1-13. Disponível em: <http://www2.eerp.usp.br/nepien/DisponibilizarArquivos/Levantamento_bibliografico_CristianeGalv.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2020.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Rio de Janeiro, 1997.

MACEDO, Patrícia Cardoso; CARVALHO, Letícia Teixeira; PLETSCHE, Márcia Denise. Atendimento educacional especializado: uma breve análise das atuais políticas de inclusão. In: PLETSCHE, Márcia Denise; DAMASCENO, Allan (Org.). **Educação especial e inclusão escolar**: reflexões sobre o fazer pedagógico. Rio de Janeiro, 2015, p. 30-40.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar**: O que é? Por quê? Como fazer? Moderna, São Paulo, 2006, p. 11-54.

MOROSINI, Marília Costa; FERNANDES, Cleoni Maria Barboza. Estado do conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação Por Escrito**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, 2014, p. 154-164.

PEREIRA, Vera Lucia Palmeira. Superdotação e currículo escolar: Potenciais superiores e seus desafios da perspectiva da educação inclusiva. In: VIRGOLIM, Angela M. R.; KONKIEWITZ, Elisabete Castelon (Org.). **Altas habilidades/superdotação, inteligência e criatividade**: uma visão multidisciplinar. São Paulo, 2014, p. 472 - 492.

PERIPOLLI, Arlei; SANTOS, Silvio Carlos dos. Altas habilidades/superdotação: ressignificando concepções e construindo perspectivas possíveis para a educação. In: PLETSCHE, Márcia Denise; DAMASCENO, Allan (Org.). **Educação especial e inclusão escolar**: reflexões sobre o fazer pedagógico. Rio de Janeiro, 2015, p. 89-100.

RENZULLI, Joseph S. A concepção de superdotação no Modelo dos Três Anéis: Um modelo de desenvolvimento para a promoção da produtividade criativa. In: VIRGOLIM, Angela M. R.; KONKIEWITZ, Elisabete Castelon (Org.). **Altas habilidades/superdotação, inteligência e criatividade**: uma visão multidisciplinar. São Paulo, 2014, p. 274 - 332.

RENZULLI, Joseph S. O que é esta coisa chamada superdotação, e como a desenvolvemos? Uma retrospectiva de vinte e cinco anos. **Educação**. Porto Alegre, n. 1, 2004, p. 75 - 131.

ROSEMBERG, Fúlvia; AMADO, Tina. Mulheres na escola. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 80, 1992, p. 62-74.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 20, 1995, p. 71-99.

SCOTT, Joan Wallach. O enigma da igualdade. **Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 13, n. 1, 2005, p.11-30. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ref/v13n1/a02v13n1.pdf>>. Acesso em: 21 jan. 2021.

UNESCO. Declaração de Salamanca. **Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais**. Salamanca, Espanha, 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 9 dez. 2020.

VIANNA, Cláudia Pereira; UNBEHAUM, Sandra. O gênero nas políticas públicas de educação no Brasil: 1988-2002. **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 121, 2004, p. 77-104. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/cp/v34n121/a05n121.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2021.